

SOBRE ESPAÇOS DE TEORIZAÇÃO FEMINISTA E SUAS OPRESSÕES

Jacqueline Mary Soares de Oliveira¹

Resumo:

Os espaços da prática e da produção teórica feminista têm contribuído para ressignificar lugares socialmente impostos e mostrar outros modos de perceber, viver e ser no mundo. As conquistas são diversas nas últimas décadas, tanto na produção acadêmica como no *locus* da prática política. No entanto, faz-se necessária a análise contínua sobre como as relações nestes espaços se configuram para que possamos continuar trilhando caminhos com novas conquistas. Tendo a observação como instrumento de coleta de dados e através do arcabouço teórico como explicação para a prática feminista, este ensaio tem como objetivo refletir e apontar para as contradições entre discurso e prática que se estabelecem nos espaços feministas, avaliando como as relações de opressão entre as mulheres têm ocorrido nos espaços de produção teórica, apontando motivações, como o campo feminista reproduz a lógica da produção científica enquanto instrumento do exercício do poder intragênero e como o trânsito de intelectuais feministas persiste sob modelos políticos das ciências duras.

Palavras-chaves: Feminismo, prática feminista, produção de conhecimento.

Abstract:

The spaces of feminist theoretical practice and production have contributed to redefine socially imposed places and show other ways of perceiving, living and being in the world. Achievements have been diverse in recent decades, both in academic production and in the locus of political practice. However, it is necessary to continuously analyze how the relationships in these spaces are configured so that we can continue treading paths with new achievements. Having observation as an instrument of data collection and through the theoretical framework as an explanation for feminist practice, this essay aims to reflect and point to the contradictions between discourse and practice that are established in feminist spaces, evaluating how the relations of oppression between women have occurred in the spaces of theoretical production, pointing out motivations, how the feminist field reproduces the logic of scientific production as an instrument of the exercise of intra-gender power and how the transit of feminist intellectuals persists under political models of the hard sciences.

Key words: Feminism, feminist practices, knowledge production.

¹ Doutorada em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo no NEIM/UFBA. Mestra em Estudos Interdisciplinares também pelo NEIM/UFBA Especialista em Gênero e Desenvolvimento Regional, com concentração em Políticas Públicas. Graduada em SERVIÇO SOCIAL pela Universidade Católica do Salvador (1992). Atualmente está como docente nas Universidade Salvador - UNIFACS e Faculdade Dom Pedro II .

INTRODUÇÃO

A vivência em sala de aula como discente em alguns espaços e, em outros, como docente, tem proporcionado uma amplitude de observações referente às concepções dos sujeitos com relação à produção do conhecimento como um campo de poder. A circunstância de estar compartilhando diariamente experiências e trajetórias de vidas distintas leva-nos a reflexões sobre os constantes paradoxos que vivemos e experienciamos como sujeitas sociais e políticas - em alguns espaços sujeitas que dominam, detentoras do conhecimento, portanto, de poder e, em outros, que se percebem subjugadas ou expropriadas da essência de conhecimento que foi constituído a partir de suas trajetórias e vivências.

Nossas reflexões sobre a opressão sofrida por mulheres estudantes dentro dos espaços de teorização feminista se aprimoraram a partir da escuta e observações, dos diálogos e das leituras sobre os não locais, sobre a (pseudo) subalternidade intelectual de mulheres, por não participarem de discussões realizadas nestes espaços e não fazerem parte de uma matriz civilizatória que ainda permeia o imaginário da academia (branca, classe média alta, advinda de um contexto educativo privilegiado - que contrasta com a realidade de muitas mulheres vindas dos movimentos sociais de base). Tal reflexão foi possível por nos termos permitido a suspensão do cotidiano, transportando-nos para o lugar de observadoras no espaço de construção feminista, mas também um lugar de vivências contraditórias entre debates e práticas (ditas) feministas.

Antes, porém, cabe apontar que as análises apresentadas são parciais e localizadas, embora sejam fruto de alguns incômodos surgidos no decurso desta formação, das últimas leituras acerca das teorias feministas e como elas têm dialogado e transversalizado a vida prática de mulheres feministas acadêmicas ou não.

Tomaremos este texto como um desabafo de alguém que prefere permanecer no lugar de transitoriedade do conhecimento parcial e

localizado², tendo como objetivo refletir sobre a sub-representação e/ou omissão de fala de mulheres oriundas dos diversos movimentos sociais e outras emergentes de um contexto social não propositivo ao desenvolvimento da intelectualidade como alternativa de mudança. Mulheres que anseiam pelo aprimoramento intelectual para intervir nas suas realidades sociais e políticas. A proposta consiste em problematizar, a partir do aporte teórico, os espaços e vivências feministas como *locus* de disputa intergrupo pautado na lógica “saber é poder”, que reproduz uma cátedra cartesiana e, permite a sobreposição/opressão de mulheres por mulheres, nos espaços eminentemente feministas.

Para melhor compreensão sobre nossas elucubrações, no primeiro momento do texto procuramos situar o discurso teórico feminista e, tomando-o como base, analisamos as contradições da prática feminista nos espaços de construção teórica.

1 O FEMINISMO ACADÊMICO E SUAS CONTRADIÇÕES

Os movimentos de mulheres e feministas desde o final do século XX e início do século XXI têm logrado avanços na discussão e teorização sobre os lugares ocupados pelas mulheres nas diversas instâncias, privadas e públicas, no âmbito das relações intrafamiliares e das instituições, como sujeitos sociais e políticos, alimentando o compromisso pela emancipação, autonomia e liberdade das mulheres, mas, sabe-se que, as ausências também circundam estes espaços de discussão pelas muitas formas de opressão e diversas experiências feministas vivenciadas sobre o jugo do poder da intelectualidade, que tendem a subjugar as que não tiverem sua fala legitimada pela academia e pelos grupos fechados existentes nela.

² Acreditamos que todo o conhecimento é transitório, parcial e localizado. Nenhum conhecimento está pronto e acabado. Nenhum conhecimento é verdadeiro e único para todas as pessoas. Fosse assim não teríamos a possibilidade da refutação. Nenhum conhecimento, portanto, é não-conhecimento.

A trajetória percorrida pela produção acadêmica feminista apresentou na década de 80, do século XX, estudos e debates que giravam em torno da distinção dos conceitos de sexo e gênero. Já nos anos 90, amplia-se para sexo, sexualidade, orientação sexual e posteriormente, são alimentados e passam a evidenciar os diversos entrecruzamentos com os eixos de subordinação/exploração de classe, raça/etnia, geração, corpo, religião e identidades. (VALLEJOS, YANNOULAS, LENARDUZZI, 2000).

Percebe-se, então, a inconstância de lugares que estas mulheres ocupam e que não são percebidos por outras mulheres, pois, são locais, únicos e individuais. Estes corpos são “historicamente contingentes [...] moldados por diferentes temporalidades e culturas”. (LOPES, 2006, pg 49-50). Contudo, toma-se o conhecimento ontológico como via para problematizar as relações e colocar em evidência os diversos eixos de opressão. É no final do século XX e início do XXI que iniciam as teorizações acerca da translocalidade das mulheres e seus campos de interação, pois, campo deve ser visto como “loci privilegiado de construções de saberes”. (LOPES, 2006, p. 44).

É importante apontar os inúmeros avanços referentes ao reconhecimento das especificidades e diversas localidades³ das mulheres no campo dos estudos feministas, contudo, desejamos problematizar de que forma estes avanços têm ocorrido, atendendo a quais interesses epistemológicos e políticos. É necessário continuar a discussão sobre como se manifesta na construção do pensamento científico feminista a presença ou ausência das “outras” mulheres, fora do eixo central academicista, onde o campo impõe as regras, ainda que com menor teor, da autoridade epistemológica das consideradas intelectuais. Sobre esta produção intelectual, Bell Hooks (1995) pontua que, “o trabalho intelectual é uma porta necessária da luta pela libertação,

fundamental para os esforços de todas as pessoas oprimidas e/ou exploradas, que passariam de objeto à sujeito, que descolonizariam e libertariam suas mentes” (BELL HOOKS, 1995, p. 466). Contudo, esta premissa não é determinante para evitar a opressão entre mulheres dentro do próprio espaço de mulheres e feministas.

Os campos de construção teórica também são considerados espaços de poder e, portanto, o conhecimento é produzido a partir de um lugar para atender expectativas políticas - o conhecimento não é ingênuo. Ele é capaz de produzir opressões, mesmo dentro do próprio movimento de democratização do conhecimento científico e feminista. “A ciência é um texto contestável e um campo de poder; o conteúdo é a forma” (HARAWAY, 1995, p. 11) e a essência da construção da ciência, “é uma prática de convicções que mudam o mundo” (IDEM). Mas também pode estar a serviço de sua reprodução.

Vallejos, Yannoulas e Lenarduzzi (2000, p. 6) apontam como uma característica dos estudos feministas a politicidade que:

Remete a articulação entre acadêmicas feministas e aos movimentos de mulheres. Esta articulação nem sempre foi fácil: muitas vezes as acadêmicas feministas precisaram desvincular-se dos movimentos para serem aceitas nos âmbitos acadêmicos. Outras vezes, as militantes feministas se distanciaram das acadêmicas entendendo que suas estratégias e propostas eram reformistas, sem defender uma mudança radical a favor das mulheres em conjunto. [...] Apesar da diferença entre os espaços de atuação, objetivos, metodologias ou estratégias de poder que adotam, acadêmicas e militantes se nutrem mutuamente: as militantes assinalando constantemente os pontos problemáticos que precisam ser estudados pelas acadêmicas; as acadêmicas oferecendo saberes legitimados cientificamente para a construção de estratégias e planos de ação por parte das militantes.

Para tanto, é necessário desvelar como as mulheres dos diversos lugares, fora do eixo acadêmico, podem ingressar e, principalmente,

³ Localidades como condições de ser em diversos espaços e momentos.

transitar de forma livre, autônoma e sem medos por esses espaços de poder intelectual, que possam produzir conhecimento acerca das suas condições de vida específicas, a partir dos seus locais de fala e suas próprias vivências.

Há um espectro de autoridade científica que dificulta o acesso e o sentimento de pertencimento a este espaço (acadêmico), assim como o entendimento e o desejo da tradução dos lugares de fala e das localidades das mulheres que chegam de outros espaços de conhecimento, de seus lugares situados na prática, inscrita na tessitura das relações. Neste sentido, cabe pensar o sujeito cognoscente como um conjunto de interconexões, assim como a própria ciência o é. Além do corpo é também a mente, o social (aquilo que o rodeia) e o ambiente natural.

Recorrente também é perceber como se dão as relações dessas mulheres, os espaços em que estão inseridas e como a ciência necessita compreender os mecanismos e estruturas que operam para sua constituição como sujeito. Neste movimento da flexibilidade, de reversibilidade, de adaptação e de organização, os indivíduos e a ciência se estabelecem de modo processual, em constante movimento de troca. Os movimentos das coisas não são estáveis, não são isolados, são ritmados a partir das vibrações de outros movimentos. Portanto, também é importante pensar na não hierarquização dos saberes, todos contribuem para a construção de uma ciência cujo objetivo é o bem da humanidade e, portanto, os saberes são complementares, essenciais, importantes e sem sobreposições.

Algumas discussões já apontam para reflexões similares à que propomos neste ensaio, a exemplo de Bell Hooks⁴, quando discute o pensamento radical pós-moderno e faz críticas aos avanços no reconhecimento da alteridade, a autora “dirige sua voz crítica principalmente a um público especializado, aquele com quem compartilha uma linguagem comum enraizada nas

narrativas mestras que pretende contestar” (1996, p. 3). O *locus* da prática feminista há muito tem sinalizado para a parcialidade da alteridade, evidenciando aquela cujo sentido se coadune com as que lhe são análogas. Bell Hooks ainda reflete sobre as noções de autoridade como “domínio sobre”, que não deve ser apenas um “dispositivo retórico, deve ser refletido nas formas ser” (idem). Portanto, o poder da retórica teoricamente estruturada reverbera nas relações entre mulheres, refletindo nas “formas ser”. O poder transpõe a alteridade, assume o lugar desta. O impacto transformativo da autoridade epistemológica à qual se propõem as leituras e estudos feministas termina, por paradoxalmente, subjugar mulheres por mulheres.

A abordagem acerca das invisibilidades intelectuais se concentra em torno das estudosas e construções teóricas do Terceiro Mundo e do sul global que, por tempos tiveram suas teorizações negligenciadas. Neste sentido, Haraway (1995) aponta sobre a necessidade de “teorizar o mundo”, não perdendo de vista a importância de traduzir os conhecimentos. “Precisamos do poder das teorias críticas modernas sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro” (HARAWAY, 1995, p. 16). A produção feminista da ciência é imbuída de uma capacidade plural, também de possibilidade de compreensão da complexidade da realidade, é, então, um espaço fértil para receber as diferenças e inseri-las no projeto de construção de uma ciência. “O corpus feminista deveria nutrir-se de todos os aportes (convergentes e divergentes) produzidos pelas mulheres. Deveria constituir-se em instância de interlocução mais que em doutrina única.” (VALLEJOS, YANNOULAS, LENARDUZZI, 2000, p. 7).

A teorização é parte fundante para situar-se no campo da prática, fomentando condições de posicionamento consciente da ação política, contudo, é importante salientar que o feminismo como prática teórica reconhece a situação de opressão e de inferiorização das mulheres e o

⁴ Tradução livre de Márcia Macêdo do texto: HOOKS, bell. “Postmodern Blackness”. *Modern Literary Theory: A Reader*. Ed. Philip Rice and Patricia Waugh. 3rd ed. London: Arnold, 1996. [1991] p. 341-47

caráter histórico e não-natural das relações de dominação que as submetem aos homens, além de promover a interlocução com os movimentos, afim de lutar contra estas práticas. No entanto, é salutar reivindicar o local de fala de todas as mulheres, a possibilidade do trânsito sem opressão de todas as “outras” consideradas fora do eixo do campo da intelectualidade, oriundas do “campus” de ação prática.

O que se tem revelado é que a posição/condição social de classe, raça/etnia, de posicionalidade das práticas sociais e políticas decidem/definem estereótipos intelectuais que delimitam os espaços autorizados de livre trânsito dessas mulheres no mundo acadêmico. Mesmo com a inserção/inclusão de todas as mulheres indistintamente, ainda é crítico o livre trânsito sem que seu lugar, sua fala, sua prática, suas escolhas e vivências interfiram neste trânsito. Vallejos, Yannoulas e Lenarduzzi (2000) refletem sobre a existência de três formas de controle ou discriminação nas instituições acadêmicas - o que elas chamam de discriminação encoberta ou manifesta, que também serve para analisar os espaços feministas. A que pontuaremos aqui está mais voltada para as nuances encobertas da discriminação dentro deste espaço.

A discriminação manifesta referente a regras e códigos pensados para salvaguardar e proteger espaços de poder, a discriminação encoberta, que se refere às ideias assumidas informalmente sobre a constituição da atividade acadêmica e do comportamento válido em seu interior; e a autodiscriminação, que é uma espécie de vigilância interna aprendida para assegurar que nos comportemos dentro dos parâmetros delimitados pela discriminação manifesta e encoberta. (VALLEJOS, YANNOULAS, LENARDUZZI, 2000, p. 15).

Estas formas são tomadas como assento nas estruturas de poder e na institucionalização das experiências masculinizadas (VALLEJOS, YANNOULAS, LENARDUZZI, 2000). São estes parâmetros que delimitam os lugares de mulheres no mundo acadêmico e que têm interferido

também na permanência e no trânsito dessas mulheres nestes espaços e naqueles que foram constituídos a partir das próprias mulheres e das mulheres feministas que terminam reproduzindo a lógica limítrofe das relações de poder, consubstanciadas pela intelectualidade. O que Haraway (s/d), em sua obra Saberes Localizados, traduz como reducionismo - quando a linguagem é posta “como parâmetro para todas as traduções e conversões”.

Neste sentido, reportamo-nos a Susan Bordo na sua obra “A feminista como o Outro”, quando apresenta a argumentação de Beauvoir de que “no mundo social existem aqueles que ocupam a posição não específica, do essencial, do universal, do humano, e aqueles que são reduzidos e marcados pela diferença”. (BORDO, 2000, p. 11). Assim, também ocorre nos espaços de “dentro” do âmbito feminista. Existem aquelas “que são até apreciadas, mas sempre em seu lugar especial e periférico; o lugar de sua diferença” (BORDO, 2000, PG.12).

O privilégio de acesso, de permanência e, portanto, de desenvolvimento nos espaços de teorização se dão pela autoridade do conhecimento e da fala permeada de elaborações filosóficas. Trabalhos e falas adornadas de conexões expressivas de intelectualidade e poder, imbuídas de abstrações teóricas e elaborações são as que mais são validadas no campo acadêmico. Bordo, novamente cita Beauvoir, a qual argumenta que, “independente do modo como vestimos a nós mesmas ou aos nossos insights, seremos quase sempre mapeadas dentro da região do Outro.” (IDEM. p. 15).

Decerto, a abordagem feita por Beauvoir e também por Susan Bordo se refere ao contexto da produção científica que privilegia o lugar do homem em detrimento da produção feminista. No entanto, cabe refletir sobre o não lugar de outras mulheres também no escopo feminista, que reproduz a lógica subalternizante para mulheres, tomadas como “Outras” - quando fora das expectativas de produção científica que definem quem e como deve se apresentar/posicionar diante do campo da produção científica, para validar-se

como intelectual, atendendo a paradigmas de cientificidade que impõem rigor científico, narrativas elaboradas e raciocínio filosófico.

Cabe também uma reflexão sobre o arcabouço epistemológico que determina as questões que merecem ser investigadas (COLLINS, 2000) e os interesses que por muito tempo ficaram pautados no eixo eurocêntrico relegando as demandas das mulheres, das mulheres negras, das mulheres negras do sul global, terceiro-mundistas. Sobre os critérios que validavam tal perspectiva e que perpassam ainda hoje o campo epistemológico, Collins (2000) discorre:

Dois critérios políticos influenciam o processo de validação de conhecimento. Primeiro, as proposições de conhecimento são avaliadas por uma comunidade de especialistas cujos membros trazem com eles a aglutinação de experiências sedimentadas que refletem seus grupos de localização nas intersecções de opressões. [...] Segundo, cada comunidade de especialistas deve manter sua credibilidade, conforme definida pelo grupo mais amplo na qual se situa e de onde retira seu conhecimento básico, que é tido como dado. (COLLINS, 2000, p. 3-4)

Percebe-se que a argumentação acima, embora reflita sobre a realidade epistemológica entre homens e mulheres, deixa evidente que entre nós, mulheres e mulheres feministas, a lógica se reproduz. Tal perspectiva epistemológica cria no âmbito da produção teórica a tendência a pactos relacionais por interesse de ascensão política e reconhecimento epistemológico, subtraindo a possibilidade de trocas entre aquelas que embora apresentem uma série de dificuldades de interação intelectual, possuem a capacidade de aglutinar conhecimentos a partir de seus locais (de vivências e trajetórias) e de suas experiências. Neste sentido, o trânsito destas mulheres nos espaços acadêmicos passa a ser negligenciado e invisibilizado.

São constantes os relatos de mulheres do círculo academicista, oriundas dos espaços sociais e políticos de movimentos de base, acerca do mal

estar nas relações dentro do ambiente acadêmico intelectual. Situações como o riso de um grupo significativo de outras mulheres, ditas “feministas” diante de uma dúvida simples de uma jovem aluna – riso provocado por uma Doutora, que negligencia e menospreza as dúvidas de quem inicia na descoberta do sentido do feminismo. Outra situação seria o constrangimento público infundido a mulheres com dificuldade na oratória, que se sentem inibidas de reverberar suas dúvidas e questionamentos. Ou então, afirmar que o texto de alguém não é condizente e digno de alguém que pleiteia o título de mestre ou doutor.

Exemplos como estes evidenciam a imposição de pretensa soberania intelectual que é cunhada por algumas sujeitas de dentro, e algumas outras de fora, que partilham de alianças políticas e que, portanto, ratificam que as relações de poder são instituídas pelo saber.

Os relatos remetem a impeditivos ao trânsito livre do conhecimento por conta das barreiras de interlocução apresentadas nestes espaços, ao sentimento de não pertencimento que gera desconforto e bloqueios no processo de aprendizagem, inibindo discussões e reflexões teoricamente elaboradas.

Faz-se necessária uma leitura crítica, que possa construir a possibilidade da solidariedade entre nós. Porque nos espaços da construção democrática e solidária se percebe, em alguns casos, uma contraposição à lógica da leitura feminista e do acesso a todas as mulheres à possibilidade de ler o mundo a partir de sua perspectiva. O saber intelectualmente construído e também os “pseudo” construídos, neste sentido, determinam as relações, o lugar e como se dará o trânsito das “outras” nestes espaços.

Não reportaremos à discussão acerca das identidades questionadas por Haraway, pois acreditamos que as sujeitas de quem falo são constituídas de identidades – o que as torna sujeitas posicionadas sócio e politicamente – independente dos locais por onde transitam.

Salientamos que essas identidades são constituídas a partir de suas muitas diferenças

(locais, espacialidades, subjetividades, *locus* político). O que é posto nesta discussão é como o trânsito neste local (a academia) eminentemente feminista também é doloroso, subalternizante e opressor, contribuindo para ratificação da subalternidade de muitas mulheres. Tais relações devem contribuir para a construção de uma ciência feminista democrática cujo princípio é a inclusão do olhar das mulheres sobre todas as coisas, uma ciência que possibilite que o mundo seja interpretado por mulheres de todos os locais e origens. Percebe-se, no entanto, que o seu trânsito no espaço acadêmico é permeado por repressão e subjugação.

O feminismo adentrou o campo teórico na perspectiva de mudanças ideológicas, repensando e redesenhando uma construção científica contestatória ao modelo de pensamento androcêntrico - e no campo político, no pleito pela garantia da igualdade entre homens e mulheres no seu contexto sócio, político, econômico, cultural, ao reivindicar políticas públicas igualitárias, de modo a afastar probabilidades sexistas e misóginas. O que cabe como reflexão é o feminismo constituído num espectro eurocêntrico e tomando a mulher (singular) como modelo universal. Ratifica-se as lutas emergentes que buscam consolidar a mulher como sujeito plural e contemplar o contexto de especificidades diversas entre as mulheres. A construção teórica feminista deve, como prática política, incluir as demandas de todas as mulheres, pressupondo, desta forma, o reconhecimento das desigualdades estabelecidas entre elas e, acima de tudo, possibilitando que todas as mulheres possam transitar pelos espaços feministas sem nenhum tipo de opressão/subjugação.

A noção de multidimensionalidade utilizada por Luiza Bairros (1995) reflete este contexto, quando entende que as experiências (um dos elementos fundantes para entender a opressão sexista) são sociais e historicamente construídas e vivenciadas diferentemente. Esta categoria permite um entendimento sobre os diferentes comportamentos no arcabouço feminista. Emerge do terreno interseccional das experiências de

mulheres que proporcionaram a discussão de suas realidades possibilitando transformações e contribuições teóricas a partir das suas experiências pessoais. Concatena-se ao que Audre Lorde, em seu artigo *Age, Race, Class and Sex: Women Redefining Difference* (1984)⁵ reporta: “Dito de outro modo, ensinar os opressores quais são seus erros é responsabilidade dos oprimidos”. A autora pontua que

Para concentrar minhas energias necessito integrar todas as partes do que sou, sem esconder nada, permitindo que o poder que emana das distintas fontes da minha existência flua livremente entre meus distintos seres, sem o impedimento de uma definição imposta de fora. Só assim posso colocar-me, com todas as minhas energias, a serviço das lutas a que me entrego e que formam parte da minha vida. (Tradução de Tatiana Nascimento, 2012, p. 4)

O processo de discussão da não completude do academicismo feminista vem à tona mais uma vez quando invisibiliza ou negligencia possibilidades/especificidades de olhares de outras mulheres. O que se põe de fato é que as expressões da opressão, fruto nocivo das relações de poder, circundam as relações sociais. Audre Lorde propõe, desta forma, reconhecer as diferenças e redesenhar os meios que permitam utilizá-las para enriquecer a visão e as lutas comuns.

Em outro momento, Audre Lorde nos alerta ao afirmar que “[...] os velhos modelos, mesmo sendo retocados para o progresso, seguem condenados a cair no erro da repetição camuflada das relações de sempre, do sentimento de culpa de sempre, do ódio, da recriminação, dos lamentos e da desconfiança”. (Idem, 2012).

⁵ *Age, Race, Class and Sex: Women Redefining Difference*. In: LORDE, Audre. *Sister outsider: essays and speeches*. New York: The Crossing Press Feminist Series, 1984, p. 114-123.

A provocação instala-se na invisibilidade das questões específicas dentro dos espaços da produção científica, ratificando desta forma a hipótese inicial, os espaços feministas também estão substanciados por uma referência de poder que os impulsiona para a confrontação e fragmentação e não para a complementariedade das experiências de todas as mulheres, apesar de serem totalmente complementares. Esta reflexão aponta para as experiências de exclusão, discriminação e violência. Indica também que a opressão e subordinação encontram-se no bojo do próprio movimento feminista e do movimento feminista acadêmico, objeto desta análise. O silenciamento e a omissão diante destas questões, tão evidentes nos espaços, soam muitas vezes, como intencionais, artifício utilizado para controle e legitimação do saber-poder de poucas. Neste sentido, conclamamos o feminismo acadêmico a se desarmar, acolher outras narrativas e não desdenhar o processo cambiante que se instala caso nos permitamos a aprender e criar com outras mulheres cujas trajetórias de vida e posicionalidades são distintas. Afinal, como coloca Gislene Silva (2015, p. 111), as narrativas de vida possuem uma dimensão autoformadora, em que o sujeito, ao falar e escrever sobre se apropria do seu percurso, do vivido que, por sua vez, resulta em experiência que o ajuda “a saber fazer, a tornar-se”. Por outro lado, acrescentamos, aquela/ele que se escolhe ouvir se torna também aprendiz e não fica imune, na medida em que repensa sobre sua própria história e experiência de vida, trazendo para a produção do conhecimento mais humanidade, diversidade e menos linearidade e retórica cartesiana.

REFERÊNCIAS

BAIROS, Luiza. “Nossos Feminismos Revisitados.” *Estudos Feministas*, Vol. 3, No.2, 1995, pp.:458-463.

BORDO, Susan. “A feminista como o Outro”. *Revista Estudos Feministas*, Vol. 8, No. 1,2000, pp.:10-29.

<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/13112009020937bordo.pdf>

HARAWAY, Donna, “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”, *Cadernos Pagu*, (5), 1995:07-42. <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/31102009-083336haraway.pdf>

HILL COLLINS, Patricia. Toward an Afrocentric Feminist Epistemology. In: LINCOLN, Yvonna S.; DENZIN, Norman K. *Turning Points in Qualitative Research: Tying Knots in a Handkerchief*. Rowman Altamira, 2003, p. 47-72. http://www.woldww.net/classes/Principles_of_Inquiry/Collins-AfrocFemEpistemology+.htm

HOOKS, bell. “Postmodern Blackness”. IN: *Postmodern Culture*, Vol. 1, N. 1, 1990, pp.:10-18.

_____. Intelectuais negras. *Estudos Feministas*, Vol. 3, No.2, 1995,p. 465-477.

LOPES, Maria Margaret. “Sobre convenções em torno de argumentos de autoridade”. *Cadernos Pagu*, Vol. 27, julho-dezembro 2006, p.: 36-61

LORDE, Audre. The Master’s Tools Will Never Dismantle the Master’s House, in: Lorde, Audre. *Sister outsider: essays and speeches*. New York: The Crossing Press Feminist Series, 1984. p.110-11. Tradução Tatiana Nascimento, 2012a.

_____. Age, Race, Class, nd Sex: Women Redefinig Difference. In: in: LORDE, Audre. *Sister outsider: essays and speeches*. New York: The Crossing Press Feminist Series, 1984. p. 114-123. Tradução Tatiana Nascimento, 2012b.

SILVA, Gislene Alves da. Ateliês Autobiográficos: Escritoras de Alagoinhas e suas escrevivências. *Grau Zero — Revista de Crítica Cultural*, v.3, n. 1, 2015, p. 99-116. Disponível em: <http://www.revistas.uneb.br/index.php/grauzero/a>



rticle/view/3280/2148. Acesso em 02 de mai.
2019.

VALLEJOS, Adriana, YANNOULAS, Silvia,
e LENARDUZZI, Sulma. “Liniamientos
Epistemológicos”. IN: Anexo I, p.1-29.
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/flacso/linea.pdf>